TERRITÓRIO, ÁGUA E SOBERANIA ALIMENTAR: DO AGROFRUTINEGÓCIO AOS CAMINHOS DA (RE)EXISTÊNCIA CAMPONESA EM ITAPICURU E RIBEIRA DO AMPARO

Felipe da Fonseca Souza
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9890-3608
Endereço eletrônico: felipeffs12@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6072-771X
Endereço eletrônico: soniamenezes@academico.ufs.br

Palavras-chave: sistemas alimentares; agrofrutinegócio; (re)existências; insegurança alimentar; insegurança hídrica.

INTRODUÇÃO

O debate contemporâneo acerca da organização do espaço mundial e da reprodução da vida encontra-se inserido em uma conjuntura de policrise global, caracterizada pela convergência mútua de crises econômicas, alimentares, energéticas e ecológicas que impactam territórios historicamente vulnerabilizados (Lawrence; Janzwood; Homer-Dixon, 2022).

No Semiárido brasileiro, especificamente no nordeste da Bahia, dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden, 2023) advertem para o avanço da desertificação e a consolidação de tendências de aridez. Esse panorama dialoga com os relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Crise Hídrica Mundial (UNESCO, 2025), os quais sublinham que a escassez de água é impulsionada por assimetrias de poder na governança dos recursos e por modelos econômicos que promovem a exploração predatória da natureza. Sob essa perspectiva, o avanço de um modelo agrícola intensivo atua como agente de expropriação da terra, da água e do alimento, tensiona a soberania alimentar da região.

Frente a esse cenário, Maluf (2021) propõe superar análises econômicas lineares e fragmentadas das cadeias produtivas isoladas, compreendendo os sistemas alimentares como complexos multidimensionais e descentralizados, onde o ato de comer constitui o ponto de partida analítico.

O território rural torna-se palco de uma coexistência assimétrica entre monocultivos corporativos de *commodities* e circuitos locais enraizados na agricultura familiar camponesa. A grande propriedade associada ao capital financeiro sob o patrocínio do Estado (Delgado, 2010) assume contornos de agrohidronegócio ao concentrar a comercialização e o controle da terra e da água para cultivos irrigados de exportação (Mendonça; Mesquita, 2007; Thomaz Junior, 2010).

No contexto específico do nordeste baiano, a materialização desse modelo corporativo assume a feição do agrofrutinegócio direcionado à produção intensiva de culturas de alta demanda hídrica, como o melão, a melancia e a laranja. Amparado por outorgas de captação profunda da água que centralizam o acesso aos aquíferos locais, esse circuito agroexportador promove o reordenamento produtivo predatório que resulta no cercamento dos recursos comuns e no avanço das fronteiras agrícolas sobre as áreas de uso tradicional, gerando severas assimetrias e conflitos distributivos no território.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar de forma sistêmica os efeitos do agrofrutinegócio e a complexidade dos sistemas alimentares nos municípios de Itapicuru e Ribeira do Amparo (BA), identificando as contradições hídricas e agrárias geradas e contrastando-as com as estratégias de (re)existência desenvolvidas pela agricultura familiar camponesa. A justificativa do problema fundamenta-se na urgência científica e social de investigar como a expansão de monocultivos de alta demanda hídrica impacta o metabolismo ecológico local e a segurança hídrica e alimentar das comunidades tradicionais, bem como o papel de circuitos curtos e redes cooperativas na mitigação desses danos.

METODOLOGIA

O delineamento metodológico, de natureza quali-quantitativa e exploratória (Knechtel, 2014; Pessoa, 2012) estruturou-se em cinco etapas subsequentes: estudos teóricos para fundamentação epistemológica, levantamento de dados secundários em bases oficiais, estudos empíricos com a aplicação de entrevistas semiestruturadas e de questionários populacionais (n

= 531) contendo as escalas validadas EBIA e EDIH, tratamento quantitativo e qualitativo dos dados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo (Bardin, 1977).

A distribuição espacial da amostra seguiu o mapeamento de setores censitários do IBGE (2024), estabelecendo a aplicação de 369 questionários no município de Itapicuru (16.785 domicílios em 86 setores) e 162 questionários em Ribeira do Amparo (6.864 domicílios em 33 setores), totalizando os 531 instrumentos validados nos 152 setores censitários da área de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise espacial dos municípios de Itapicuru e Ribeira do Amparo evidencia a materialização territorial do avanço do agro(hidro)negócio do milho e do café, associado à expansão do agrofrutinegócio do melão, da laranja e da melancia (IBGE, 2017). O cruzamento dos dados secundários com as observações registradas em diário de campo revela que o monitoramento das outorgas de água captada para irrigação no Semiárido aprofunda injustiças ecológicas, uma vez que os perímetros irrigados privados concentram volumes elevados extraídos do aquífero por meio de poços profundos de alta vazão, enquanto os poços artesianos comunitários, destinados ao abastecimento humano e à dessedentação animal camponesa, sofrem rebaixamentos drásticos ou secam por completo.

A mensuração dos dados primários obtidos por meio dos questionários estruturados revela um cenário de acentuada vulnerabilidade social e ecológica em ambos os municípios. Segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a segurança alimentar atinge apenas 42,3% dos domicílios em Itapicuru e 45,1% em Ribeira do Amparo, o que indica que mais da metade das famílias investigadas convive com algum grau de restrição ao direito humano à alimentação adequada. A insegurança leve, associada à preocupação ou incerteza quanto ao acesso futuro aos alimentos, atinge 32,5% e 31,5% das populações locais, respectivamente, enquanto os graus mais severos, que expressam redução quantitativa de alimentos e a iminência ou ocorrência da fome, apresentam comportamento estatisticamente homogêneo entre os territórios, com insegurança moderada em 17,1% dos domicílios de Itapicuru e 15,4% de Ribeira do Amparo, e insegurança grave em torno de 8% em ambos os municípios.

Em contrapartida, a análise pela Escala Domiciliar de Experiência Hídrica (EDIH)

revela assimetrias territoriais estatisticamente significativas. Enquanto Itapicuru apresenta 68,6% de seus domicílios em segurança hídrica, esse índice declina para 59,3% em Ribeira do Amparo, cuja taxa de insegurança hídrica atinge 40,7% das famílias entrevistadas, contra 31,4% em Itapicuru. Ainda que a disparidade estatística entre os municípios seja sutil, ambos apresentam níveis elevados de insegurança hídrica, resultado do avanço do agro(hidro)negócio e do agrofrutinegócio sobre os respectivos territórios.

Essa condição mostra-se mais severa em Ribeira do Amparo, onde a concentração de monocultivos hidrofílicos, amparados por outorgas privadas de poços profundos em estabelecimentos com mais de 1300 hectares de melão e por capim irrigado na entressafra, impõe estresse hidrogeológico intenso às fontes tradicionais do campesinato local. A privatização e a expropriação da água virtual, operadas sob a lógica do capital corporativo, restringem o abastecimento doméstico, reduzem a vazão do riacho da ribeira, hoje temporário, e comprometem a dessedentação animal das comunidades tradicionais, convertendo a escassez ecológica em privação humana mensurável e validada estatisticamente pela EDIH.

Em contraposição a esse vetor espoliador do mercado globalizado, as atividades empíricas e o diário de campo evidenciam os circuitos camponeses como espaços contra-hegemônicos de (re)existência e de convivência com o Semiárido. Práticas tradicionais como a horticultura familiar em quintais produtivos e a mandiocultura, estruturada no trabalho compartilhado das casas de farinha, sustentam a diversificação dietética e o abastecimento das feiras livres locais, consolidando, sob relações produtivas familiares e comunitárias, uma barreira socioespacial que assegura a autonomia dos agricultores camponeses frente à territorialização das monoculturas de milho e café nos dois municípios.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos evidenciam que a organização do espaço nos municípios de Itapicuru e Ribeira do Amparo é marcada por uma profunda assimetria territorial. O modelo de desenvolvimento centrado no agro(hidro)negócio e no agrofrutinegócio avança mediante a expropriação de recursos hídricos vitais, rebaixando o lençol freático e comprometendo a segurança hídrica e alimentar das famílias camponesas, conforme mensurado pelas escalas EDIH e EBIA. O Estado, ao subsidiar perímetros irrigados voltados à exportação de *commodities*, ratifica a transferência de água virtual e acentua os vetores da crise sindêmica

regional.

Por outro lado, em consonância com os objetivos propostos, identificou-se que as estratégias camponesas de (re)existência constituem a base para a sustentabilidade do território. A mandiocultura e a horticultura familiar conservam a autonomia alimentar local, enquanto a apicultura racional, impulsionada pela atuação da Cooperativa MELIRA, demonstra viabilidade econômica integrada à conservação ativa do bioma Caatinga, contrapondo-se à lógica predatória do desmatamento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN); INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Nota técnica: identificação de área de clima árido no Brasil.** São José dos Campos: Cemaden/Inpe, 2023.

DELGADO, G. C. Do capital financeiro ao agronegócio: um itinerário do debate sobre a agricultura brasileira. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 7-16, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário** 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2023: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102158.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa socioambiental**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LAWRENCE, M.; JANZWOOD, S.; HOMER-DIXON, T. **What is a global polycrisis? And how is it different from a systemic risk?** Victoria, BC: Cascade Institute, 2022.

MALUF, R. S. **Sistemas alimentares multidimensionais e descentralizados**: abordagens e perspectivas críticas. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agrohidronegócio nos cerrados: a modernização

da agricultura e a expropriação da natureza. **Revista NERA**, n. 10, p. 45-62, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2025**: montanhas e geleiras – torres de água. Paris: UNESCO, 2025.

PESSOA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 4-18, 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. Agrohidronegócio e a dinâmica territorial do capital no campo brasileiro. **Pegada Eletrônica**, v. 11, n. 1, p. 32-55, 2010.